



**PROJETO DE LEI Nº      de 2024.**  
(Deputado Pompeo de Mattos)

Reduz as alíquotas do Imposto Sobre Produtos Industrializados incidentes sobre automóveis, caminhões, motocicletas, maquinário agrícola e maquinário para construção civil de fabricação nacional comercializados no Estado do Rio Grande do Sul, durante o período de calamidade pública decretado em decorrência das enchentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As alíquotas do Imposto Sobre Produtos Industrializados, incidentes sobre os seguintes itens de fabricação nacional comercializados no Estado do Rio Grande do Sul, ficam reduzidas a 0% (zero por cento), enquanto perdurarem os efeitos do Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024, que reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública em parte do território nacional, em decorrência dos eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul:

- I - Automóveis;
- II - Caminhões;
- III - Motocicletas;
- IV - Maquinário agrícola, incluindo:
  - a) Tratores;
  - b) Colheitadeiras;
  - c) Plantadeiras;
  - d) Pulverizadores;
  - e) Enfardadeiras;





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado POMPEO DE MATTOS – PDT/RS

Apresentação: 16/05/2024 16:24:14,500 - MESA

PL n.1895/2024

f) Semeadoras;

V - Maquinário para construção civil, incluindo:

a) Escavadeiras;

b) Retroescavadeiras;

c) Carregadeiras;

d) Motoniveladoras;

e) Compactadores;

f) Gruas;

g) Betoneiras.

Art. 2º A redução de que trata o artigo 1º desta lei não alcança os automóveis, caminhões, motocicletas, maquinário agrícola e maquinário para construção civil importados.

Art. 3º Ficam fixadas em 10% (dez por cento) as alíquotas dos agrotóxicos, classificados na posição 3808 da Tabela de Incidência do IPI (TIPI), para os demais estados da federação e o Distrito Federal, durante o mesmo período mencionado no Art. 1º.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

As enchentes que ocorreram no Estado do Rio Grande do Sul entre abril e maio de 2024 configuram uma das maiores catástrofes naturais da história do estado. Esse evento catastrófico impactou diretamente a vida de mais de 2 milhões de pessoas, resultando em pelo menos 149 mortes e centenas de desaparecidos, deixando milhares de desabrigados e causando danos severos à infraestrutura, incluindo residências, escolas e hospitais.



Gabinete 704, Anexo IV da Câmara dos Deputados - Praça dos Três Poderes  
Brasília - DF - CEP: 70160-900 • (61) 3215-5704 – 3215-2704



Além das trágicas consequências humanas, as enchentes também geraram prejuízos econômicos significativos, incluindo a necessidade urgente de reconstrução das cidades, perdas na produção agrícola e interrupções no fornecimento de serviços essenciais como água e energia. A restauração da infraestrutura prejudicada requer investimentos consideráveis do setor público e privado, além de um esforço contínuo de todas as esferas governamentais.

Além disso, milhares de automóveis, caminhões e motocicletas foram arrastados pelas águas das enchentes, resultando em perda total para muitas famílias e empresas. Estes veículos são essenciais para a mobilidade diária, transporte de bens e pessoas, e a perda deles agrava ainda mais a situação das famílias e empresas afetadas, dificultando a recuperação e a retomada de suas atividades econômicas.

Os prejuízos incluem uma quantidade significativa de maquinário agrícola que também sofreu danos severos. Tratores, colheitadeiras, plantadeiras, pulverizadores, enfardadeiras e semeadoras foram arrastados pelas águas ou ficaram inutilizados devido à inundação, o que impacta diretamente a capacidade de recuperação da produção agrícola e, conseqüentemente, a segurança alimentar do estado e do país.

Neste contexto, é fundamental que o Poder Público adote medidas que incentivem a recuperação econômica do estado e aliviem o peso financeiro sobre os consumidores gaúchos. Uma dessas medidas é a redução das alíquotas do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis, caminhões, motocicletas, maquinário agrícola e maquinário para construção civil de fabricação nacional comercializados no Rio Grande do Sul. Esta redução temporária visa tornar esses bens mais acessíveis, facilitando a retomada das atividades econômicas e a mobilidade das famílias e empresas afetadas.

Os automóveis e caminhões são essenciais para a logística e transporte, especialmente em um momento em que a infraestrutura de transporte pode estar comprometida. As motocicletas são fundamentais para a mobilidade individual, especialmente em áreas urbanas e rurais onde o transporte público foi severamente afetado. Da mesma forma, o maquinário agrícola é vital para a recuperação da





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado POMPEO DE MATTOS – PDT/RS

Apresentação: 16/05/2024 16:24:14,500 - MESA

PL n.1895/2024

produção rural, permitindo que os agricultores restabeleçam suas operações e contribuam para a segurança alimentar do estado e do país.

O maquinário para construção civil, como escavadeiras, retroescavadeiras, carregadeiras, motoniveladoras, compactadores, guias e betoneiras, é essencial para a reconstrução da infraestrutura danificada, facilitando o trabalho de reconstrução e reparo das áreas afetadas. A isenção temporária do IPI para esses produtos ajudará a reduzir os custos de aquisição de veículos e maquinário, itens necessários para a reconstrução e retomada das atividades econômicas no estado. Essa medida é fundamental para permitir que as famílias e empresas afetadas pelas enchentes possam se reerguer com maior rapidez e eficiência.

Para compensar a perda de arrecadação decorrente desta isenção, propomos a fixação das alíquotas dos agrotóxicos em 10% nos demais estados da federação e no Distrito Federal. Esta medida garantirá a continuidade da arrecadação de recursos necessários, sem sobrecarregar ainda mais a economia do Rio Grande do Sul em um momento de grande necessidade.

A adoção de políticas fiscais que visem a recuperação econômica é uma responsabilidade compartilhada de todas as esferas de governo. O incentivo à compra de veículos e maquinário agrícola e de construção civil, através da redução do IPI, é uma estratégia que pode ter um impacto positivo significativo, promovendo a recuperação econômica e social do estado.

Portanto, solicito o apoio dos Nobres Colegas para a aprovação deste projeto de lei, que visa proporcionar um alívio financeiro imediato aos consumidores gaúchos e incentivar a recuperação econômica do Estado do Rio Grande do Sul. Este apoio é fundamental para assegurar que os benefícios possam ser rapidamente implementados, ajudando a mitigar os efeitos prolongados desta calamidade e promovendo a revitalização da região afetada.

Brasília, de maio de 2024.

**POMPEO DE MATTOS**  
DEPUTADO FEDERAL  
PDT- RS

Gabinete 704, Anexo IV da Câmara dos Deputados - Praça dos Três Poderes  
Brasília - DF – CEP: 70160-900 • (61) 3215-5704 – 3215-2704

